



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 041/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10006/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sra. Eliete da Cunha Beleza, Prefeita e Ordenadora de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação nº 034/2012 – DICAMI e Relatório Conclusivo 024/2012-DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer 2283/2013-MP/EFC - Procuradora de Contas Evelyn Freire de Carvalho.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência** com o entendimento do Ilustre Ministério Público de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **Aprovação com Ressalva das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Eliete da Cunha Beleza**, na condição de Chefe do Poder Executivo, à época, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, I, e 29, ambos da Lei 2.423/96; art. 3º, II, da Resolução 09/1997.

- 10- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 05 de agosto de 2015.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.
- 13- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 041/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: AC799626-E3A2C878-AD597BCD-8B87220A



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 041/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 041/2015)

1- Processo TCE nº 10006/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sra. Eliete da Cunha Beleza, Prefeita e Ordenadora de Despesas.

6- Unidade Técnica: Informação nº 034/2012 – DICAMI e Relatório Conclusivo 024/2012-DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer 2283/2013-MP/EFC - Procuradora de Contas Evelyn Freire de Carvalho.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2011.

*Regular com ressalvas. Multas.
Recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência com** o entendimento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1 – Á UNANIMIDADE:

9.1.1 - Julgar Regular com Ressalva a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Eliete da Cunha Beleza na condição de Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II e 22, II, b, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.1.2 - Recomendar à origem a estrita observância das normas constitucionais e legais aplicáveis, notadamente as contidas na Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte, visando:

- a) Realizar as contratações de compras e serviços mediante procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal c/c art. 105, § 5º da Constituição do Estado do Amazonas, e Lei 8.666/93;
- b) Elaborar e aprovar os projetos básicos para a realização de obras e serviços, previamente às licitações, dispensas e inexigibilidades, em observância à Lei 8.666/93, art. 7º, II, e seus parágrafos.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 041/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 041/2015)

9.1.3 - Determinar ao setor competente deste Tribunal que tome conhecimento e faça o exame das **409 admissões que se deram por via de contratação direta, não precedida de processo seletivo simplificado**, já perpetradas e concluídas, realizadas pela Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, no exercício em tela, conforme dispõe os arts. 15, III, e 260, II, do R/TCE.

9.2 – POR MAIORIA:

9.2.1 - Aplicar multa a senhora Eliete da Cunha Beleza, no valor de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE, pela inobservância de prazo no envio dos 6 bimestres de Relatório Resumo de Execução Orçamentária –RREO;

9.2.2 - Aplicar multa a senhora Eliete da Cunha Beleza, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 308, inciso I, “b”, da Resolução n. 04/2002-TCE, por sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal (arts. 33 e 54, VI da Lei n. 2423, de 10.12.1996);

9.2.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencidos: o Conselheiro Raimundo José Michiles, cujo destaque não foi acolhido, no sentido da aplicação das multas em valores baseados na legislação vigente à época dos fatos, e o Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho que o acompanhou.

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: AC799626-E3A2C878-AD597BCD-8B87220A